

A(S) IDENTIDADE(S) NEGRA(S) EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E MOCAMBOS NO ESTADO DO AMAZONAS.

Patrícia Torme de Oliveira¹
Betânia de Assis Reis Mata²

Resumo: No estado do Amazonas a presença negra passou por um silêncio persistente. Justificada no reduzido número de indivíduos traficados no período da escravidão e na pouca expressividade da mão de obra escrava no crescimento econômico do estado. Esta negação marca o ocultamento da presença negra na produção historiográfica, desta maneira, invisibilizando a Amazônia enegrecida, e por consequência, apagando aspectos identitários, étnicos e culturais que evidenciam a presença dos negros nesta região. O Amazonas possui nove comunidades quilombolas legalmente reconhecidas pela Fundação Palmares, e a proposta deste artigo é analisar através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, os processos de autoreconhecimento da identidade negra em comunidades consideradas remanescentes de quilombolas/mocambos³ no Amazonas. Para preencher essas lacunas da nossa história é indispensável a realização de pesquisas de cunho científico que busquem o reconhecimento e a valorização de todos os grupos que contribuíram na constituição da cultura Amazônica. O resultado deste trabalho demonstra que as identidades quilombolas não se compõem somente como identidades étnicas, mas também como identidades coletivas conectadas ao território amazônico.

Palavras-chave: Identidade; Quilombo; Negro; Amazonas.

Desde as primeiras expedições empreendidas pelos espanhóis, o suporte do trabalho de escravos negros já era imprescindível para o sucesso de audaciosas aventuras, principalmente ao cruzarem a cordilheira dos Andes em direção ao interior da floresta tropical, buscando as sonhadas florestas da preciosa madeira canela e da cidade lendária chamada de El Dorado, que inclusive propiciou a “descoberta” do Rio Amazonas. Esta presença inclusive, já era percebida principalmente na expedição do sanguinário Lopes Aguirre, a qual seguiu a mesma trajetória de Pizarro-Orellana⁴.

¹ Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: patriciacancio@hotmail.com.

² Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: betaniamatta@hotmail.com.

³ Caracterizado em muitas obras como sinônimo de *quilombo*, para Nei Lopes (1996, p. 215), *mocambo* significa a cabana, palhoça, habitação miserável, ou “coto de escravos fugidos, na floresta”.

⁴ Os exploradores espanhóis Francisco Pizarro e Francisco Orellana submeteram o Império Inca ao domínio espanhol entre 1532-1535 (CARVAJAL, 1992).

Apesar da presença notável descrita pelos exploradores, pouco se fala sobre a escravidão do negro, compreendida como distante da história do Amazonas. De forma intensa, há uma persistente ideia no imaginário local de que, a escravidão do negro é apenas como um tropeço, considerando o longo caminho trilhado rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Assim, fundou-se certa memória histórica a partir da qual se preza muito mais a ausência que simplifica, do que a complexidade resultante da presença da escravidão na região.

Refletir acerca do indígena e negro na Amazônia remete a investigação para além das formas de escravidão impostas a eles, uma vez que a subordinação causada pela imposição do colonizador fez com que estes fossem marginalizados, silenciados e aparentemente invisibilizados na sociedade amazônica. Apesar, de todo o passado e presente histórico que provavelmente fizeram com que fossem mantidos obscuros socialmente e historicamente, suas histórias estão emergindo, afrontando o silenciamento ao qual foram vitimados, possibilitando que estes sujeitos sejam percebidos e reconhecidos por suas lutas e resistências na floresta (GOMES, 2017. p. 15)

Portanto, torna-se de extrema relevância para História, Cultura e Identidade do Amazonas pesquisar e investigar delimitando-se locais e regiões onde prevaleceu a permanência de negros e índios, não somente enfatizando questões relacionadas a suprir a mão de obra na Amazônia, mas também compreender o cotidiano dessas comunidades como o espaço que ocuparam, as tradições, os ritos religiosos, a organização social e cultural, evidenciando sua contribuição na formação dos povos amazônicos.

A busca pela afirmação e pelo autorreconhecimento das identidades quilombolas no território amazonense têm aumentado nos últimos anos, em especial, a luta por reconhecimento dos remanescentes quilombolas têm sido constante sob diferentes domínios. Os antigos mocambos que resistiram as adversidades impostas no tempo e no espaço amazônico se constituíram como comunidades de remanescentes quilombolas que, até o presente momento, lutam pela materialização de seus direitos garantidos pelo artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

No que tange ao processo de autorreconhecimento da identidade negra no Amazonas trazemos à luz os estudos de Gomes (2017), que investigou no Mocambo de Arari-Parintís, o (re)conhecimento dos moradores com a identidade negra através do lugar

onde residem, pois, segundo a autora no passado, os quilombos também eram conhecidos como mocambos, já que este termo era mais comumente utilizado no estado do Pará entre os séculos XVIII e XIX.

Farias Júnior (2007), no estudo sobre Quilombolas do Tambor, analisa os processos de identidade coletiva frente a conflitos de situação territorial, apontando em sua pesquisa os desdobramentos acerca da reivindicação relacionados a identidade/local, para que exista o reconhecimento, principalmente no sentido de preservação da memória e cultura de seus antepassados. Os estudos citados abordam as identidades de formas singulares, o primeiro atrelado a uma identidade étnico-racial sobre a questão de o Mocambo manter ou não características ligadas à presença negra em Parintins, e que forma se deu o processo de constituição da identidade étnico-racial. O segundo estudo tem por objeto a identidade coletiva, enquanto comunidade remanescente de quilombo, frente a uma questão social de conflito, que trata de reivindicação territorial.

Para Amaral (2005), o termo quilombo tem sido amplamente discutido nas últimas décadas, principalmente com relação a sua significação, e tais discussões exigem uma reflexão específica, pois o termo tem sido questionado e reconceituado. Neste sentido, há o surgimento de uma variedade de conceitos, termos e categorias. Atualmente, fala-se em quilombo, mocambo, quilombo contemporâneo, quilombo moderno, comunidade negra, terra de preto, comunidade afrodescendente, bairro rural negro, terra de santo, comunidade rural negra, comunidade remanescente de quilombo, além de outros.⁵

Na comunidade de São Francisco do Rio Bauana, que integra a Floresta Nacional de Tefé (FLONA), foi realizada a primeira intervenção para um possível reconhecimento de território quilombola, onde se obtiveram através de entrevistas, anotações em diário de campo e observação, os primeiros dados para a esta pesquisa. Nesta região do Médio Solimões seria a primeira comunidade em vias de concretizar o processo para reconhecimento de território quilombola, o que torna de extrema relevância continuar o acompanhamento sob o enfoque do conhecimento científico.

⁵ Maristela Andrade (2003, p. 38) ao apresentar a discussão *De Pretos, Negros, Quilombos e Quilombolas*, classifica as denominações que aparecem com mais frequência em documentos consultados indicativos de áreas para intervenção oficial, a exemplo de: “povoados com características negras, quilombos, comunidades negras, comunidades negras rurais, comunidades negras rurais quilombolas, territórios afro-descendentes, população afro-descendente, comunidades afro-descendentes, comunidades negras rurais de territórios afro-descendentes”.

Identities: Mocambo and Quilombo in Amazonas

Gomes (2017) destaca que os mocambos que resistiram no tempo e no espaço amazônico se constituíram como comunidades de remanescentes quilombolas que vêm lutando pela efetivação e aplicabilidade de seus direitos constitucionais. Atualmente, a afirmação de identidade tem acendido inúmeras discussões em meio às lutas por reconhecimento, por territórios e manutenção de tradições. Na historiografia brasileira, existem grupos que são reconhecidos como importantes para a formação da cultura nacional, contribuindo de forma significativa para identidade do povo brasileiro. Entende-se que a identidade contribui para que cada grupo possa se reconhecer, tendo sua linguagem, seus símbolos e tradições como base (GOMES, 2017).

Discorrer sobre identidade é argumentar sobre as características particulares de cada grupo, seus aspectos simbólicos, suas crenças, ritos, modos de vida, e refletir sobre qual se pertence. Para Hall (1996), “as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história”. Portanto, entende-se que a identidade contribui para que cada grupo se reconheça como tal, tendo como suporte a língua, os símbolos e os costumes que ajudam na compreensão da identidade nacional (HALL, 1996, p.70).

Durante muito tempo, a cultura negra foi excluída de documentos oficiais e historiográficos, apenas limitada a exposições do conhecimento sob o ponto de vista do folclore, apresentando a contribuição festiva e escrava. Nos últimos tempos, tem-se analisado, de forma mais abrangente, os variados aspectos da cultura africana e afro-brasileira, reconhecendo sua importância como uma das culturas formadoras da identidade brasileira, mas, principalmente, pela relevância na identidade nacional, com novas abordagens que até então eram invisibilizadas ou silenciadas nos registros da historiografia oficial.

Neste contexto, a “identidade cultural” enquanto um marco de afirmação política nas comunidades quilombolas se encontra em um processo de negociação com o poder público. Ao observarmos o caráter político dos processos identitários, a questão do reconhecimento das comunidades neste campo, passa a ser importante na compreensão das lutas sociais redistributivas pelo território. No estado do Amazonas, a identidade

negra nos quilombos passa por um processo que ainda está se firmando, procurando agregar mais comunidades a lutarem por seu reconhecimento, sendo as manifestações formas que privilegiam as afirmações de identidade ligando-os ao passado.

Costa (2001) afirma que as comunidades quilombolas no Amazonas vêm sendo reconhecidas através das lutas de seus remanescentes, tais como o Quilombo do Tambor, em Novo Airão, os Quilombos do Rio Andirá, em Barreirinha, o Quilombo Urbano na Praça 14, em Manaus e, mais recentemente, o Quilombo do Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, em Itacoatiara. Neste aspecto, a autora destaca que o reconhecimento também é elemento fundamental para a política de identidade. (COSTA, 2001)

Silva (2016), chama a atenção para a ausência de registros historiográficos. Com isso, o processo de recuperação de identidade e reconhecimento de algumas comunidades quilombolas ocorre através de narrativas das memórias, da história oral compartilhadas entre as famílias, de geração a geração sobre as suas origens e experiências e que remetem a uma memória do cativo. Revelam também práticas culturais, que remetem à experiência do período escravista como cantos e danças, e estas memórias são acionadas como capital simbólico para afirmação da identidade quilombola.

No estudo de Gomes (2017) sobre a identidade da comunidade do Mocambo do Arari, a autora coloca que este é um tema complexo no julgamento dos colaboradores da pesquisa. Para estes, a comunidade se considera “cabocla”, sem uma etnia definida, porém, entendem que a reunião de todas as etnias, constitui e faz parte da história amazônica. Para Bauman (2005), existem flexibilidade e anulabilidade em relação à consciência sobre o pertencimento e identidade, pois um povo pode decidir de acordo com suas trajetórias, modos de agir, “assim como sua determinação frente a isso são fatores decisivos tanto para o pertencimento quanto para a identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17-18).

Em Farias Júnior (2011), a história dos pretos do Rio Paunini, onde se constituiu o Quilombo do Tambor, foi o local em que ocorreu a implantação da Unidade de Conservação⁶, quando eles já dominavam a área na década de 1980. As pessoas pertencentes ao Rio dos Pretos possuíam uma receptividade negativa, uma vez que o

⁶ Parque Nacional do Jaú é uma Unidade de Conservação federal de 2.272.000 hectares de área, localizada entre os municípios de Barcelos e Novo Airão, em plena floresta amazônica.

termo “preto” se constituía como ofensivo, e era preferível ser reconhecido como “moreno”. Para este autor, é através do contexto de exclusão social e intrusão de “outros” nas terras que os pretos ocupavam, é que os remanescentes buscaram se organizar em torno de sua identidade coletiva.

No Amazonas, têm-se o “rio dos pretos” onde regatões e patrões que circulavam dentro do Rio Jaú os designavam “Pretos do Paunini”, organizados na Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor, essa comunidade quilombola constitui-se por negros que migraram devido às péssimas condições de vida no Estado de Sergipe, no final do século XIX e início do século XX, onde ocuparam o Rio Jaú, em Novo Airão. E devido à criação do parque Nacional do Jaú, parte da comunidade foi deslocada compulsoriamente para a sede do município de Novo Airão, onde se encontram organizados na mesma associação, mas que reivindicam sua posição enquanto “quilombo urbano”. (FARIAS JÚNIOR, 2011, p. 8).

Em virtude da criação do Parque Nacional do Jaú, parte de moradores remanescentes de quilombo da Comunidade do Tambor, tiveram que involuntariamente se deslocar para a sede do município de Novo Airão, retirando-se de um território identitário mesmo sendo legítimos remanescentes. Entretanto, seguiram organizados na associação no sentido de preservarem sua identidade coletiva, o que de certa forma preserva a história e memória deste grupo, além de requererem o reconhecimento como um quilombo urbano. O que demonstra a dinâmica conceitual e a amplitude acerca do termo.

Negro ou negro quilombola: a questão étnica da identidade

Negro e quilombola, dois termos que parecem ser distintos e de fácil diferenciação, mas que, no contexto de uma comunidade remanescente de quilombo, sua compreensão não se torna tão simplista. Sendo assim, para que seja possível a compreensão dos dois termos diante da conjuntura de uma comunidade remanescente de quilombola ou o estabelecimento de uma concepção sobre a questão da identidade étnica em uma comunidade remanescente de quilombola, inicialmente, faz-se necessário uma separação entre os conceitos de raça e etnia.

Essa identificação que se estende no campo interno e externo do indivíduo é entendida da seguinte maneira:

Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional. (BARTH, 2011, p. 193-194).

Tendo como base esse referencial, fica evidenciado que a identidade não é algo estático e, principalmente, ela é construída ao longo da vida dos indivíduos. Dessa forma, cinco características permeiam a identidade: individualidade, concretude, temporalidade, socialidade e historicidade (BARTH, 2011).

Para Lima (2014), a identidade é um elemento crucial para podermos entender a ideia de pertencimento que os indivíduos sentem em relação a uma gama de significados e atribuições simbólicas aos elementos que os cercam, sendo necessário estabelecermos um diálogo com a Antropologia e com a Psicologia para aprofundar a questão da identidade, sobretudo a noção de identidade étnica.

Em Almeida (2002), há um debate envolvendo, principalmente, História e Antropologia, que foi gerado em torno da concepção de quilombo, como a questão levantada sobre o termo estar “frigorificado”, ou seja, seu significado histórico já não é mais satisfatório para incluir os arranjos estendidos no pós-abolição. Lima (2016) destaca a urgência de estudos entre História e Antropologia, percebendo as variações referentes às percepções identitárias dos moradores dessas comunidades remanescentes de quilombos, bem como suas transformações temporais, tendo como foco a memória dos moradores, que são elementos cruciais nessa jornada (LIMA, 2016).

Conforme Farias Júnior (2011), com a redefinição do conceito de etnia, existem interpretações que alertam para a questão de estar lidando com identidades e territórios étnicos sob a ótica de estratégias contingentes, ou de diferentes tipos de acordos ou contratos que os chamados quilombolas têm firmado. Há um acordo implícito sobre as formas de uso dos recursos, por exemplo, que aparecem na definição da região da terra de preto. Em outras palavras, pode-se dizer que existe um elenco de práticas que

asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros do que a alusão a uma determinada “ancestralidade”.

Neste sentido, Farias Júnior (2011) afirma que o pertencimento ao grupo não decorre, por exemplo, de laços de consanguinidade, não existe tampouco a preocupação com uma origem comum e nem o parentesco constitui uma pré-condição de pertencer. O princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos. Trata-se de investigar etnograficamente as circunstâncias em que um determinado grupo social outorgou uma categoria, acionando-a ao interagir com outros. Para executar isto, tem-se que atentar para os deslocamentos conceituais.

A questão do pertencimento na escrita de Bauman (2005, p.31):

Não se pensa em identidade quando o “pertencimento” vem naturalmente, quando é algo pelo qual não se precisa lutar, ganhar, reivindicar e defender; quando se “pertence” seguindo apenas os movimentos que parecem óbvios simplesmente pela ausência de competidores. Essa pertença, que torna redundante qualquer preocupação com a identidade, só é possível, como vimos, num mundo localmente confinado: somente quando as “totalidades” a que se pertence, antes mesmo de se pensar nisso, para todos os fins práticos, forem definidas pela capacidade da “massa cinzenta”. Nesses “minimundos”, estar “aqui dentro” parece diferente de estar “lá fora”, e a passagem daqui para o lá dificilmente ocorre se é que chega a ocorrer.

É interessante ressaltar que, no estudo de Gomes (2011), a população não possui fenótipo negro, com exceção de alguns poucos moradores. Entende-se que as características biologicamente herdadas não definem prontamente a identidade do indivíduo ou a de sua coletividade, mas o pertencimento a aspectos culturais, que foram e/ou são, sobretudo, unificadas nacionalmente e que assim causaram “desvinculo” das identidades no âmbito local.

No Mocambo... negro ou caboclo?

De acordo com Gomes (2017), no Mocambo do Arari se verifica um branqueamento como resultado da ideal mistura dos povos que viveram no território e

que contribuíram para que a população só considere seu aspecto cultural mais claro, miscigenado, ou como muitos querem afirmar: identidade cabocla, ribeirinha.

Ainda segundo a autora, a identidade ribeirinha ou cabocla, só reforça a ideia de que o Brasil é um país de mestiços e, na Amazônia, o caboclo seria a mostra ideal da mestiçagem das três raças que se relacionaram na região, se tornando assim o “novo branco”, minimizando as matrizes indígenas e negras ou até mesmo as silenciando, relegando-as ao esquecimento.

Gomes (2017) ainda afirma que identidade cultural dos mocambenses tem sua base nas matrizes branca – ressaltando o catolicismo – e indígena, silenciando a presença negra, que é encontrada em indícios na localidade. A presença negra não é considerada significativa e a afirmação da identidade pelos moradores tramita entre ser caboclos de maioria católica, ou descendentes de indígenas (GOMES, 2017). Sobre o exposto, pode-se entender que a ação de se identificar por meio de uma cultura do qual nós temos intenção de nos inserir, “tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial, permanente” (HALL, 2006, p. 13).

Para Munanga (2008, p.103) a mestiçagem “como etapa transitória no processo de branqueamento constitui peça central da ideologia racial brasileira”, visto que desde o final do século XIX e início do século XX buscava-se uma homogeneização das raças que, através da miscigenação, ocultaria as diferenças. No Mocambo do Arari se verifica o branqueamento como resultado da ideal mistura dos povos que viveram no território e que contribuíram para que a população só considere seu aspecto cultural mais claro, miscigenado, ou como muitos querem afirmar: identidade cabocla, ribeirinha.

Quilombos amazonenses como espaços de reconhecimento da identidade negra.

Como mencionado anteriormente, o Quilombo Urbano Barranco de São Benedito é considerado a maior comunidade quilombola do estado do Amazonas, e teve como ascendentes negros vindos do Maranhão, que chegaram ao local no final do século XIX. Este quilombo urbano foi assim reconhecido por meio da Fundação Cultural Palmares em 23 de setembro de 2014, a comunidade está localizada na zona sul de Manaus no bairro

Praça 14, e por mais de cem anos, esta comunidade vem construindo sua identidade étnica em consonância com a própria cultura ancestral africana.

Para Rosa (2018, p.56), os processos organizacionais da comunidade quilombola do Barranco de São Benedito é que definem um grupo étnico, cujas práticas são sustentadas nos conhecimentos tradicionais. Nesta perspectiva quando ressignificados, se efetivam para ressaltar a identidade cultural coletiva, a partir das manifestações populares, expressões musicais, artísticas e religiosas, presentes no cotidiano da comunidade. As festas e comemorações da Praça 14 são muito conhecidas e populares como a Festa de São Benedito, Dia da Consciência Negra.

O quilombo do Sagrado Coração de Jesus em Itacoatiara, que também foi reconhecido oficialmente no ano de 2014, é um quilombo rural, e foi formado há aproximadamente 150 anos. De acordo com o pesquisador Claudemilson Nonato Santos,⁷ a comunidade se reconstruiu, os moradores herdaram culturas e saberes indígenas, porém as mantêm entre si através da oralidade em histórias de gerações e gerações de negros da comunidade. Sobrevivem da agricultura familiar e são extremamente católicos negando, inclusive, religiões de matrizes africanas; ainda, conforme o pesquisador, durante o processo de reconhecimento após toda a pesquisa sobre a origem da comunidade, muitos moradores rejeitaram a princípio, serem descendentes de africanos e da cultura negra.

Comunidade São Francisco do Rio Bauana: início do processo de reconhecimento

Na região do Médio Rio Solimões há a possibilidade de reconhecimento de mais um quilombo rural, localizado na Floresta Nacional de Tefé (FLONA), organização que foi criada em 1989 no contexto do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. Nesta unidade de conservação encontram-se inúmeras comunidades tradicionais organizadas em comunidades-sede que estão vinculadas as Associações de Moradores da FLONA de Tefé, dentre elas a comunidade de São Francisco situada às margens do Rio Bauana.

⁷ Graduado em geografia pela UFAM, e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia UFAM, o professor foi o pesquisador responsável por produzir o dossiê sobre a Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus para a Fundação Palmares.

Em alguns encontros realizados pelo Projeto Jovens Protagonistas da FLONA, do qual realiza oficinas de arte, educação e saúde por meio de voluntários, foi possível experienciar e conviver por um período naquela localidade, e com base nos relatos dos moradores mais antigos, obteve-se dados sobre origem e fundação da comunidade. São Francisco do Bauana foi fundada em 1973, por agricultores vindos de outros estados e com apoio organizacional da igreja católica. Relataram, ainda, sobre a ancestralidade e a descendência negra naquela na região. Tais afirmações foram reiteradas através da fala de moradores que já não habitam mais na comunidade, como é o caso do líder e articulador do projeto de jovens da FLONA. Estes, deixaram a comunidade para continuarem seus estudos e por melhores condições de trabalho. Contudo, se identificam enquanto sujeitos pertencentes a uma identidade negra.

A moradora mais antiga de São Francisco do Bauana, de acordo com os relatos dos comunitários é D. Raimunda Lopes Sales, ex-presidente da comunidade e, atualmente, animadora de setor⁸. Em seu relato, mencionou que a comunidade foi fundada por aproximadamente 10 famílias que vieram dos estados do Sergipe, Ceará, Maranhão e Acre com o objetivo de trabalhar como agricultores, dentre eles destacou seu pai. Durante a conversa, ela frisou o seguinte:

“...meu pai era bem pretinho, negro mesmo... ele veio do Sergipe. Tinha pele escura, escura... E os outros vizinhos também, e eu me considero preta também...e pode ver a cor e o cabelo da maioria do pessoal aqui... e estamos buscando agora o reconhecimento da comunidade, estamos lutando para isso”. (D. Raimunda Lopes Sales, 61 anos, entrevistada em 23/03/2019)

De acordo com a comunitária Elisabeth Lopes Faustino, que atualmente reside no município de Tefé e que assumiu o papel de interlocutora da Comunidade de São Francisco, sobre a questão de reconhecimento da comunidade como território quilombola, o processo foi iniciado em fevereiro de 2020, através do Presidente da Associação de Moradores da Comunidade juntamente com sua esposa, que recolheram as assinaturas de todos comunitários e realizaram o cadastramento das famílias, onde declaram se

⁸ Na comunidade São Francisco do Bauana, a religião católica predomina, e o animador vocacional de setor é a pessoa responsável por uma estrutura da igreja dentro das comunidades, sua missão é incentivar, despertar, promover encontros, missas e todos os eventos daquela estrutura religiosa.

autorreconhecerem como remanescentes de quilombos, e, mencionou que neste processo apenas uma família optou por não assinar, por considerarem-se ribeirinhos, descendentes de indígenas. Ainda sobre o cadastramento e o recolhimento das assinaturas, alguns moradores ressaltaram a importância deste processo, como no caso do agricultor, Sr. Raimundo Leandro Oliveira que destacou: *“A comunidade se organizou para dar início a este processo aí... de reconhecimento, e nos sentimos felizes de sermos pretos, e lutamos para que sejamos reconhecido [...] vamos ficar muito satisfeitos. Eu estou de acordo”* (Raimundo Leandro Oliveira, 49 anos, entrevistado em 15/07/2020).

Para seu Afonso Faustino Pantoja, agricultor que mora na comunidade há 37 anos, e casado com uma “descendente” da comunidade como ele mesmo coloca, com relação ao processo de reconhecimento afirma: *“Os cadastros já foram feitos na comunidade, no qual muitas famílias são descendentes de quilombos, inclusive minha família, por causa de minha esposa, que é filha de um dos fundadores daqui da comunidade de São Francisco”* (Afonso Faustino Pantoja, 57 anos, entrevistado em 15/07/2020).

D. Ezimar Rocha Lopes, moradora da comunidade que faz parte do Grupo de Mulheres, além de ser animadora de setor descreveu que seu pai também foi um dos fundadores da comunidade. Acrescentou que sua mãe era de Tefé, mas se reconhece como negra devido a história de seu pai: *“meus antepassados eram negros, e sempre trabalharam com agricultura...eles eram pessoas muito trabalhadoras...[...] e me reconheço como preta mesmo, e espero que a comunidade seja reconhecida como quilombola”* (Ezimar Rocha Lopes, 49 anos, entrevistada em 16/07/2020).



Figura 01: Raimunda Lopes Sales
Fonte: Elisabeth Lopes Faustino

Ao buscar a legitimação de território quilombola, a comunidade de São Francisco do Bauana recorre a uma identidade coletiva atrelada não apenas a território, pois a comunidade já está consolidada como unidade de conservação agrária, mas, principalmente, pela questão étnica, uma vez que, os moradores se consideram negros, como a exemplo de outras comunidades rurais do estado do Amazonas que passaram pelo mesmo processo. O reconhecimento também se trata de garantir a história e memória desta comunidade rural tradicional, cujos moradores demonstraram através de seus relatos, orgulharem-se de sua identidade e do lugar onde vivem.

Considerações finais

Os estudos sobre presença negra na Amazônia e sobre as comunidades quilombolas necessitam de maior aprofundamento. A questão da escravidão no Amazonas já foi devidamente desmitificada e comprovada através de registros historiográficos sublimado por teóricos que se debruçaram sobre a temática. Contudo, continuam sendo fonte inesgotável para pesquisa. No que tange a questão das reminiscências de comunidades quilombolas, as questões identitárias estão mais relacionadas a território do que a um reconhecimento de identidade étnico-racial, ou cultural.

Nas comunidades rurais, há um indicativo de que muitos comunitários ainda se reconhecem como caboclos ou ribeirinhos, trazendo o conceito de uma identidade híbrida, no qual foi formada por colonizadores, indígenas e negros. A identidade ribeirinha ou cabocla, só reforça a ideia de que o Brasil é um país de mestiços e, na Amazônia, o caboclo seria a mostra ideal da mestiçagem das três raças que se relacionaram na região, se tornando assim o “novo branco”, minimizando as matrizes indígena e negra e, assim ocultando-as. Neste caso condenando-as ao esquecimento e ao eterno silenciamento. Neste sentido, é primordial reconhecer, celebrar e dar voz aos povos e comunidades remanescentes de quilombolas, pois seus modos de vida tradicionais são uma forma de garantir seus direitos e, ao mesmo tempo, proteger a riqueza da cultura amazônica.

Por fim, constatamos que o processo para reconhecimento e a regularização, tanto territorial quanto identitário de comunidade remanescente de quilombola, já foi iniciado

na comunidade de São Francisco do Rio Bauana com a contemplação do cadastramento e das assinaturas dos moradores a favor do pleito. Porém, trata-se de um processo com muitas etapas, que envolve tanto a Fundação Palmares para o processo de reconhecimento como do Incra para a certificação do território. Esta será um grande feito, pois talvez seja a primeira demarcação de terras quilombolas no Médio Rio Solimões. Há que se destacar que nesta região quase todos os processos de demarcação de terras são de natureza indígena. Desta forma, seria uma grande conquista para os povos tradicionais e para dos comunitários que lá vivem, serem oficialmente reconhecidos uma comunidade remanescente de quilombo dentro do contexto da região do Médio Solimões.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.) **Quilombos, Identidades Étnicas** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-81.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Projeto As práticas educativas e a questão ambiental entre os quilombolas do Médio Amazonas/PA**. Belém, 2003.

AMARAL, Assunção José Pureza. Etnologia, educação e ambiente nos quilombos da Amazônia. In: OLIVEIRA, Iolanda de. **Negro e Educação: Escola, Identidade, Cultura e Políticas Públicas**. S.P: Ação Educativa, ANPED, 2005, p.179-206.

ANDRADE, Maristela de Paula. De pretos, negros, quilombos e quilombolas – Notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de Quilombos. **Boletim Rede Amazônia, n. 1**, Rio de Janeiro/ Belém: IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFGA, 2003.

BARTH, Fredrick. Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: POUTIGNATI, Philippe e STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1998, p. 186-227.

BRIANEZI, Thaís. A Floresta Nacional de Tefé: encontros e desencontros das políticas ambiental e agrária na Amazônia. **Revista IDEAS**, v.2n.2, p. 256-283, jul-dez.2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

COSTA, Renilda Aparecida Costa. **A Identidade Nacional Brasileira e a Educação: Homogeneidade X Pluralidade Cultural**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, 2001.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Quilombolas na Amazônia: um esboço preliminar do estudo de comunidades de pretos no Complexo Madeira**. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2, **Anais [...]**. Salvador, Bahia: Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia/EDUFBA, 2007.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Quilombolas no Amazonas: do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2011.

GOMES, Jéssica. **Mocambos na Amazônia: história e identidade étnico-racial do Arari –Parintins/Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2017.

GOMES, Robeilton de Souza. Fuga, sublevação e conflito: faces da resistência política na Amazônia colonial (sec. XVIII). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, **Anais [...]**. São Paulo, julho 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 40-55, dezembro/fevereiro 1995/1996.

HALL, S. **Identidade cultural e diáspora**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 69-75, 1996.

_____. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro DP&A, 2006.

LIMA, Fernanda Barboza de. **Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos: um estudo sociovariacionista**. 2014. 288 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **O Fim do silêncio: Presença Negra na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2011.

ROSA, Vinícius Alves da. **A Comunidade do Barranco de São Benedito em Manaus: processos para o reconhecimento de território quilombola**. 2018.153f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Escola Superior de Arte e Turismo. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.